



PROJETO DE LEI Nº DE 2021

(Deputado Alexandre Frota)

Todos aqueles que pretenderem concorrer a cargo eletivo ficam obrigados a apresentar carteira de vacinação com as doses completas dos imunizantes contra a Covid 19 e dá outras providência

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Será obrigatória a apresentação da Carteira de Vacinação com as doses completas dos imunizantes da Covid 19 para qualquer pessoa que queira concorrer a cargos eletivos nas próximas eleições de 2022.

§ 1º Os vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos e governadores deverão ao final deste ano de 2021 apresentar a Carteira mencionada no caput deste artigo, com as doses completas do imunizante em referência.

§ 2º Fica vedada a participação de qualquer candidato ao pleito de 2022 que não apresente o documento mencionado, só haverá exceção àqueles que por orientação médica, devidamente atestada, não puderem se imunizar.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICATIVA

Não podemos admitir qualquer relaxamento das medidas preventivas que evitam a proliferação do coronavírus no país.

Esta proposta legislativa tem o condão de obrigar a quem quiser se candidatar nas próximas eleições a realizar a sua imunização, não só para evitar o contágio, mas também como exemplo para toda a população da necessidade da vacina para diminuirmos o contágio.

Já os detentores de cargos eletivos devem estar devidamente imunizados até o final deste ano em curso, uma vez que têm contato com seus pares e com a população em geral, desta forma evitará um contágio em todas as esferas de poder neste país, garantindo a completa execução dos mandatos a que foram eleitos.

Ademais o exemplo para aqueles que os elegeram será de vital importância para conscientização da real necessidade desta imunização, não podemos mais contar tantos mortos como ocorreu neste país.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de agosto de 2021

Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP

